



NOTA EXPLICATIVA BAIXA DE PARCELAMENTOS VIGENTES COM
RECEITA FEDERAL

A FAFIA possuía dois parcelamentos junto a Receita Federal referente a contribuições retidas e patronal de INSS , que vinha sendo pago rigorosamente em dia, registrado na conta contábil 2289300000 :

PARCELAMENTO N.º 2376118 CONTROLE Nº 3934081/2376118 DECAB N.ºS 14.607.143-3 /14.607.144-1. PERÍODO 04 A 13/2017 EM 060 PARCELAS.

PEDIDO PARCELAMENTO N.º 3309965 CONTROLE Nº 5393291/2209956 DECAB N.ºS 16.177.815-1 e 16.177.816-0 PERÍODO 11/2018-05/2019 e 04/2018 -05/2019 EM 060 PARCELAS

Mas, em Julho de 2022 a Prefeitura Municipal de Alegre pediu para anexar o valor junto aos valores já parcelados da PMA e foi deferido pela Receita Federal, com isso a dívida passou a ser consolidada aos débitos da PMA e neste momento demos baixa em nosso sistema amparado pelos seguintes documentos:



MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



Receita Federal

Comunicado nº 5.270/2022 da Equipe de Órgãos do Poder Público (EOPP) – 7ª Região Fiscal (ES e RJ)

Interessado: MUNICIPIO DE ALEGRE
CPF/CNPJ: 27.174.101/0001-35

e-Processo nº 12154.743946/2022-11

Assunto: Deferimento do PEM (Parcelamento Especial da EC nº 113/2021)

A EOPP da 7ª Região Fiscal do Brasil (ES e RJ), no exercício das atribuições conferidas pelo artigo 303 da Portaria ME nº 284, de 27/7/2020 (Regimento Interno da RFB) e pela Portaria SRRF07 nº 75, de 27/5/2021 (Constituição das Equipes Regionais de Administração Tributária), comunica o deferimento do pedido de parcelamento especial que foi requerido no dia 09/06/2022, de acordo com as condições estabelecidas nos artigos 116 e 117 do ADCT e na IN RFB nº 2071/2022.

Após a análise das características do pedido e a adoção dos procedimentos preparatórios iniciais, a EOPP apurou um montante de débitos a ser parcelado (com reduções de multa e juros) igual a R\$ 4.725.832,70 (o demonstrativo dos débitos encontra-se disponível na folha nº 33 do processo em consideração), que, ao ser dividido em 240 prestações, correspondeu a uma obrigação básica com o valor de R\$ 19.690,97, a qual foi adimplida com o pagamento efetuado pela administração municipal no dia 13/06/2022, com o valor de R\$ 19.690,97. (Os valores recolhidos a maior do que o necessário para o parcelamento serão apropriados na última prestação devida.)

Com o deferimento deste parcelamento, os valores das parcelas mensais passam a ser retidos diretamente na conta do FPM, sob a rubrica RFB-RET DARF.

Nos termos do artigo 10 da IN RFB nº 2071/2022, caso não exista saldo suficiente para a retenção do valor da parcela no FPM ou se, por qualquer motivo, a retenção não for feita, o valor devido deverá ser recolhido pela administração municipal, por meio de



Protocolo de Envio de Solicitação de Juntada de Documento

Protocolo:	27173919111047
Data/hora do envio:	13/06/2022 14:17:28
Processo/Procedimento:	12154.743946/2022-11
Solicitante:	27.174.101/0001-35 - MUNICIPIO DE ALEGRE
Relação do Solicitante com o processo:	Interessado
Responsável pelo Envio:	27.174.101/0001-35 - MUNICIPIO DE ALEGRE
Papel do Responsável pelo Envio:	Titular

A solicitação de juntada de documento foi enviada com sucesso. A solicitação será analisada e o resultado da análise será enviado para a Caixa Postal do contribuinte e/ou seu representante legal, no e-CAC.

Acompanhe o resultado da avaliação da sua solicitação na sua Caixa Postal ou na opção "Consultar Solicitações de Juntada de Documento", acessada por intermédio da opção "Processos Digitais" no e-CAC.

Através do app e-Processo, você pode também consultar as informações e acompanhar o andamento desse Processo, bem como consultar os documentos e solicitar juntada de documentos. O app e-Processo está disponível para dispositivos móveis nas lojas de aplicativos Google Play Store, para o sistema Android, e Apple Store, para o sistema iOS.



13/06/2022 12:48

Banco do Brasil



Emissão de comprovantes

G3371312430078721
13/06/2022 12:48:40

SISBB - SISTEMA DE INFORMACOES BANCO DO BRASIL
13/06/2022 - AUTOATENDIMENTO - 12.48.42
0281X00281 SEGUNDA VIA 0002
COMPROVANTE DE PAGAMENTO
COMPROVANTE DE PAGAMENTO DE DARF/DARF SIMPLES
CLIENTE: PREF MUN ALEGRE CTA MOVIM
AGENCIA: 0281-X CONTA: 8.500-6
=====

AGENTE ARRECADADOR
CNC 001 - 0281 - AGENCIA ALEGRE ES
CODIGO DE BARRAS -----

DATA DO PAGAMENTO 13/06/2022
PERIODO DE APURACAO 01/06/2022
NUMERO DO CPNJ 27.174.101/0001-35
CODIGO DA RECEITA 6063
NUMERO DE REFERENCIA -----
DATA DO VENCIMENTO 30/06/2022
RECEITA BRUTA ACUMULADA -----
PERCENTUAL -----
VALOR DO PRINCIPAL 19.690,97
VALOR DA MULTA -----
VALOR DOS JUROS -----
VALOR TOTAL 19.690,97
=====

AUTENTICACAO SISBB: C.BCB.A00.88F.C76.E5F
Modelo Aprovado pela SRF - ADE
Conjunto Corat/Cotec n. 001, DE 2006
=====

DOCUMENTO: 061301



MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



Receita Federal

Anexo II
Modelo de Documento de Arrecadação de Receitas Federais (Darf)

<p>MINISTÉRIO DA FAZENDA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL Documento de Arrecadação de Receitas Federais</p> <p>DARF</p>	02 PERÍODO DE APURAÇÃO →	01/06/2022
	03 NÚMERO DO CPF OU CNPJ →	27.174.101/0001-35
<p>01 NOME / TELEFONE</p> <p>MUNICÍPIO DE ALEGRE / 2833000100</p>	04 CÓDIGO DA RECEITA →	6053
	05 NÚMERO DE REFERÊNCIA →	
<p>Veja no verso instruções para preenchimento</p>	06 DATA DE VENCIMENTO →	30/06/2022
	07 VALOR DO PRINCIPAL →	19.690,97
<p>ATENÇÃO</p> <p>É vedado o recolhimento de tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) cujo valor total seja inferior a R\$ 10,00. Ocorrendo tal situação, adicione esse valor ao tributo de mesmo código de períodos subsequentes, até que o total seja igual ou superior a R\$ 10,00.</p>	08 VALOR DA MULTA →	0,00
	09 VALOR DOS JUROS E / OU ENCARGOS DL - 1.025/69 →	0,00
	10 VALOR TOTAL →	19.690,97
	11 AUTENTICAÇÃO BANCARA (Somente nas 1ª e 2ª vias)	

I. INSTRUÇÕES DE PREENCHIMENTO

Campo do DARF	O que deve conter
01	Nome e telefone do contribuinte.
02	Data da ocorrência ou do encerramento do período base no formato DD/MM/AAAA.
03	Número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).
04	Código da receita que está sendo paga. Os códigos de tributos administrados pela RFB podem ser obtidos na Agenda Tributária, no endereço http://www.receita.fazenda.gov.br .
05	Preencher conforme orientações da RFB para receitas que exigem o preenchimento deste campo.
06	Data de vencimento da receita no formato DD/MM/AAAA.
07	Valor da receita principal que está sendo paga.
08	Valor da multa, quando devida.
09	Valor dos juros de mora, ou encargos do DL - 1.025/69 (PFN), quando devidos.
10	Soma dos campos 07 a 09.
11	Autenticação do Agente Arrecadador.

Receita Federal do Brasil
EOPP - RF07
Simulação de Consolidação de Débitos no PEM

Data Atualização	NI	Débito	Período Inicial	Período Final	Fase	Valor Principal	Valor Multa Isolada	Valor Multa Mora	Valor Multa Ofício	Valor Juros	Valor Total
10/06/2022	27.069.871/0001-18	146071441	04/2017	13/2017	- AGUARDANDO REG. APOS RESCISAO/EXCLUSAO D	35.538,27	0,00	7.107,64	0,00	8.553,57	51.199,48
10/06/2022	27.069.871/0001-18	161778160	04/2018	05/2019	- AGUARDANDO REG. APOS RESCISAO/EXCLUSAO D	60.416,46	0,00	12.083,28	0,00	9.655,05	82.154,79
10/06/2022	27.069.871/0001-18	370221265	06/2004	13/2009	- AGUARDANDO REG. APOS RESCISAO/EXCLUSAO D	536.898,55	0,00	0,00	0,00	882.414,53	1.419.313,08
10/06/2022	27.174.101/0001-35	372616945	01/2006	12/2006	- AGUARDANDO REG. APOS RESCISAO/EXCLUSAO D	17.368,55	0,00	0,00	0,00	24.393,25	41.761,80
10/06/2022	27.174.101/0001-35	373233273	01/2008	13/2009	- AGUARDANDO REG. APOS RESCISAO/EXCLUSAO D	25.380,09	0,00	0,00	19.035,15	44.897,76	89.313,00
10/06/2022	27.174.101/0001-35	394361865	04/2010	09/2010	- AGUARDANDO REG. APOS RESCISAO/EXCLUSAO D	15.878,35	0,00	3.175,67	0,00	15.719,22	34.773,24
10/06/2022	27.174.101/0001-35	394361873	04/2010	09/2010	- AGUARDANDO REG. APOS RESCISAO/EXCLUSAO D	102.659,38	0,00	20.531,87	0,00	102.117,19	225.306,44
10/06/2022	27.174.101/0001-35	394362314	10/2010	10/2010	- AGUARDANDO REG. APOS RESCISAO/EXCLUSAO D	14.788,93	0,00	2.997,78	0,00	14.509,41	32.296,13
10/06/2022	27.174.101/0001-35	394362322	10/2010	10/2010	- AGUARDANDO REG. APOS RESCISAO/EXCLUSAO D	47.606,47	0,00	9.521,29	0,00	46.706,70	103.834,48
10/06/2022	27.174.101/0001-35	397487452	11/2010	04/2011	- AGUARDANDO REG. APOS RESCISAO/EXCLUSAO D	49.434,64	0,00	9.886,92	0,00	46.611,08	105.932,64
10/06/2022	27.174.101/0001-35	397487460	11/2010	04/2011	- AGUARDANDO REG. APOS RESCISAO/EXCLUSAO D	171.141,11	0,00	34.228,21	0,00	161.008,31	366.377,63
10/06/2022	27.069.871/0001-18	409947285	02/2007	02/2007	- AGUARDANDO REG. APOS RESCISAO/EXCLUSAO D	34,32	0,00	3,43	0,00	47,18	84,93
10/06/2022	27.174.101/0001-35	405827180	05/2012	05/2012	- AGUARDANDO REG. APOS RESCISAO/EXCLUSAO D	44.928,11	0,00	8.985,62	0,00	36.656,84	90.570,57
10/06/2022	27.174.101/0001-35	407565086	06/2012	10/2012	- AGUARDANDO REG. APOS RESCISAO/EXCLUSAO D	97.441,93	0,00	19.488,39	0,00	77.507,70	194.528,02
10/06/2022	27.174.101/0001-35	407565094	06/2012	10/2012	- AGUARDANDO REG. APOS RESCISAO/EXCLUSAO D	258.747,29	0,00	51.749,47	0,00	205.502,70	515.999,46
10/06/2022	27.069.871/0001-18	426821947	01/2009	13/2012	- AGUARDANDO REG. APOS RESCISAO/EXCLUSAO D	11.275,28	0,00	2.255,06	0,00	8.795,96	22.326,33
10/06/2022	27.069.871/0001-18	426821955	12/2008	13/2012	- AGUARDANDO REG. APOS RESCISAO/EXCLUSAO D	196.457,63	0,00	39.291,54	0,00	155.667,17	391.416,34
10/06/2022	27.069.871/0001-18	430073712	12/2012	02/2013	- AGUARDANDO REG. APOS RESCISAO/EXCLUSAO D	32.912,84	0,00	6.582,56	0,00	25.306,56	64.801,96
10/06/2022	27.069.871/0001-18	430073720	12/2012	02/2013	- AGUARDANDO REG. APOS RESCISAO/EXCLUSAO D	79.839,47	0,00	15.967,91	0,00	61.386,11	157.193,49
10/06/2022	27.069.871/0001-18	475371652	10/2009	03/2010	- AGUARDANDO REG. APOS RESCISAO/EXCLUSAO D	38.802,82	0,00	7.760,58	0,00	41.030,50	87.593,90
10/06/2022	27.174.101/0001-35	602943957	12/1999	07/2004	- AGUARDANDO REGULARIZACAO APOS RESCISAO D	1.546.622,84	0,00	0,00	0,00	3.581.900,43	5.138.523,27
10/06/2022	27.174.101/0001-35	604704933	02/2003	07/2004	- AGUARDANDO REGULARIZACAO APOS RESCISAO D	49.041,95	0,00	0,00	0,00	90.772,79	139.814,74
						3.433.215,28	0,00	251.577,22	19.035,15	5.651.250,01	9.355.077,66
% das Reduções concedidas pela EC 113/2021						0	40	40	40	80	
Valores com Reduções						3.433.215,28	0,00	150.946,33	11.421,09	1.130.250,00	4.725.832,70
Valor da Prestação Básica (Valor Total com Reduções / 240)						19.690,97					

Fonte: ConSAGI – Projeto Farol – Cobrança – Valor Calculado

LEI Nº 3.706, DE 25 DE MAIO DE 2022

***DISPÕE SOBRE O PARCELAMENTO E O
REPARCELAMENTO DE DÉBITOS DO
MUNICÍPIO DE ALEGRE COM SEU REGIME
GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - RGPS, DE
QUE TRATA A EMENDA CONSTITUCIONAL Nº
113, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2021.***

Faço saber que a Câmara Municipal de Alegre, Estado do Espírito Santo, aprovou e eu Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º - Ficam autorizados o parcelamento e/ou reparcelamento dos débitos do Município de Alegre com o Regime Geral de Previdência Social - RGPS, em até 240 (duzentas e quarenta) prestações mensais, observando as disposições da Portaria PGFN/ME nº 1.308, de 15 de fevereiro de 2022, que tratam do parcelamento especial autorizado no art. 116 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT).

§1º Os parcelamentos/reparcelamentos de que trata o caput são de contribuições sociais de que tratam as alíneas "a" e "c" do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, inclusive os decorrentes do descumprimento de obrigações acessórias, os de contribuições incidentes sobre o décimo terceiro salário e os débitos relativos a contribuições devidas por lei a terceiros, vencidos até 31 de outubro de 2021 e inscritos em Dívida Ativa da União.

§2º Os débitos parcelados e/ou reparcelados terão redução de 40% (quarenta por cento) das multas de mora, de ofício e isoladas, de 80% (oitenta por cento) dos juros de mora, de 40% (quarenta por cento) dos encargos legais e de 25% (vinte e cinco por cento) dos honorários advocatícios.

§3º Os parcelamentos/reparcelamentos de que trata o caput deverão ser firmados até 30 de junho de 2022 e estão condicionados à comprovação, junto à Secretaria de Previdência do Ministério do Trabalho e Previdência, até referida data, nos termos do art. 3º, III e §3º da Portaria PGFN/ME nº 1.308, de 15 de fevereiro de 2022 c/c artigos 5º-B e 5º-C da Portaria MPS nº 402, de 2008, das adequações das normas previdenciárias dos servidores deste Município à Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, conforme disposto nos incisos I a IV do caput do art. 115 do ADCT.

Art. 2º - O valor de cada parcela será acrescido de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic), acumulada mensalmente, calculados a partir do mês subsequente ao da consolidação até o mês anterior ao do pagamento.

Parágrafo único. As prestações vencerão no último dia útil de cada mês.

Art. 3º - O pagamento das prestações dos parcelamentos/reparcelamentos previstos nesta Lei será descontado do Fundo de Participação dos Municípios - FPM, cabendo ao Município o pagamento integral e na data de vencimento de cada parcela, inclusive dos acréscimos legais previstos, caso o desconto determinado neste artigo não seja suficiente para fins de pagamento das prestações acordadas.



Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Alegre/ES, 25 de maio de 2022.

NEMROD EMERICK - Nirrô
Prefeito Municipal



MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



Receita Federal

ANEXO I
REQUERIMENTO DE PARCELAMENTO DE DÉBITOS PERANTE A RFB
(Conforme Emenda Constitucional nº 113, de 8 de dezembro de 2021)

Identificação:	
Entidade:	PREFEITURA MUNICIPAL DE ALEGRE
CNPJ:	27.174.101/0001-35

Representante legal:	
Nome:	NEMROD EMERICK
CPF:	270.485.428-96
Cargo:	PREFEITO

Contato:	
Telefone:	(28) 99886-6934
Nome:	NEMROD EMERICK

REQUERIMENTO

A entidade do Poder Público acima identificada, na pessoa de seu representante legal, requer, perante a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB), o **parcelamento dos débitos decorrentes de contribuições previdenciárias do Município**, incluídas suas autarquias e fundações, **conforme discriminativo de débitos a parcelar** e nos termos dos arts. 116 e 117 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 113, de 8 de dezembro de 2021, na quantidade de parcelas abaixo identificada:

<input checked="" type="checkbox"/> Quantidade máxima de parcelas (até 240x)	<input type="checkbox"/> Quantidade de parcelas especificada abaixo (respeitando o valor mínimo da parcela de R\$ 500,00): <input type="text"/> (<input type="text"/>)
--	--



MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



Receita Federal

TERMO DE AUTORIZAÇÃO

A entidade do Poder Público declara que está de acordo com as seguintes cláusulas, que farão parte deste processo de parcelamento, e que **autoriza**:

Cláusula 1ª - a **retenção**, no Fundo de Participação dos Municípios (FPM), dos valores referentes às prestações do parcelamento;

Cláusula 2ª - a **retenção** do valor da parcela, acrescido da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) acumulada mensalmente, na cota do FPM, bem como a retenção em cota(s) posterior(es) de diferença, caso a parcela não tenha sido plenamente quitada; e

Cláusula 3ª - o repasse dos valores retidos à União na forma prevista nas Cláusulas 1ª e 2ª.

TERMO DE ACORDO E CIÊNCIA

Declara, ainda, estar ciente das condições abaixo, com as quais concorda expressamente:

- ☒ todas as **comunicações e notificações** relacionadas ao serviço serão enviadas por meio do Portal do Centro Virtual de Atendimento (**Portal e-CAC**), acessível no endereço eletrônico <<https://www.gov.br/receitafederal/pt-br>>, em:
 - >> *Caixa Postal* ou
 - >> *Processos Digitais (e-Processo)* >> *Comunicados e Intimações*
- ☒ acessar periodicamente o **Portal e-CAC para acompanhamento** da situação do parcelamento;
- ☒ **recolher por meio de Documento de Arrecadação de Tributos Federais (Darf)** o valor das parcelas em caso de falha na retenção dos valores, ou impossibilidade de sua retenção;
- ☒ o presente requerimento de parcelamento importa em confissão irrevogável e irretroatável dos débitos indicados pelo ente federativo para compor o parcelamento, nos termos dos art. 389 e art. 395 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 - Código de Processo Civil (CPC), e condiciona o ente federativo à aceitação plena e irretroatável de todas as condições estabelecidas nesta Instrução Normativa e nos arts. 116 e 117 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; e
- ☒ o parcelamento será rescindido em caso de: a) **falta de pagamento** de 3 (três) prestações, consecutivas ou não, ou de até 2 (duas) prestações, caso todas as demais estejam pagas ou a última prestação do parcelamento esteja vencida; ou b) descumprimento do disposto no inciso II do *caput* do art. 17 desta Instrução Normativa, se for o caso.

Local e Data: ALEGRE/ES, 09 DE JUNHO DE 2022

NEMROD

EMERICK-2704854

Assinatura: 2896

Assinado de forma digital por
NEMROD
EMERICK-27048542896
Data: 2022.06.09 13:31:16
+03'00'

Nome de quem assina: NEMROD EMERICK



MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



Receita Federal

ANEXO II
DISCRIMINATIVO DE DÉBITOS A PARCELAR

Identificação:	
Entidade:	PREFEITURA MUNICIPAL DE ALEGRE
CNPJ:	27.174.101/0001-35

Representante legal:	
Nome:	NEMROD EMERICK
CPF:	270.485.428-96
Cargo:	PREFEITO

Contato:	
Telefone:	(28) 99886-6934
Nome:	NEMROD EMERICK

PARCELAMENTOS ATIVOS

<input checked="" type="checkbox"/> SIM	Declara sua desistência , em caráter irrevogável e irretratável, de TODOS os parcelamentos , inclusive os celebrados por suas autarquias e fundações, que contemplem débitos passíveis, total ou parcialmente, de inclusão no parcelamento de que trata os arts. 116 e 117 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.
<input type="checkbox"/> NÃO	

Caso seja assinalada a opção "**NÃO**" acima, indicar as modalidades e/ou parcelamentos em relação aos quais declara **desistência em caráter irrevogável e irretratável**:

<input type="checkbox"/> PREM - Lei nº 13.485, de 2017 <input type="checkbox"/> Lei nº 10.522, de 2002 - Parcelamento Ordinário/Simplificado <input type="checkbox"/> Medidas Provisórias nº 2.129-4, de 2000, e nº 2.187-13, de 2001 <input type="checkbox"/> Lei nº 10.684, de 2003 - Paes <input type="checkbox"/> Lei nº 11.196, de 2005 - Patronal <input type="checkbox"/> Lei nº 11.196, de 2005 - Segurados <input type="checkbox"/> Medida Provisória nº 303, de 2006 - Paex - Art. 1º <input type="checkbox"/> Medida Provisória nº 303, de 2006 - Paex - Art. 8º <input type="checkbox"/> Medida Provisória nº 457, de 2009 - Patronal <input type="checkbox"/> Medida Provisória nº 457, de 2009 - Passível de Retenção <input type="checkbox"/> Lei nº 11.941, de 2009 - RFB/ Prev. Art. 1º <input type="checkbox"/> Lei nº 11.941, de 2009 - RFB/ Prev. Art. 3º <input type="checkbox"/> Lei nº 11.960, de 2009 - Patronal	<input type="checkbox"/> Lei nº 11.960, de 2009 - Passível de Retenção <input type="checkbox"/> Lei nº 12.058, de 2009 - Patronal <input type="checkbox"/> Lei nº 12.058, de 2009 - Passível de Retenção <input type="checkbox"/> Lei nº 12.810, de 2013 - OPP <input type="checkbox"/> Lei nº 12.865, de 2013 e Lei nº 12.973, de 2013 - RFB/Prev. Art. 1º <input type="checkbox"/> Lei nº 12.865, de 2013 e Lei nº 12.973, de 2013 - RFB/Prev. Art. 3º <input type="checkbox"/> Lei nº 12.996, de 2014 e Lei nº 13.043, de 2014 - RFB/Prev. <input type="checkbox"/> PRT - Programa de Regularização Tributária <input type="checkbox"/> PERT - Programa Especial de Regularização Tributária <input type="checkbox"/> Outros (relacionar o número dos processos): <input type="text"/> <input type="text"/> <input type="text"/>
--	---

(Fl. 2 do Anexo II da Instrução Normativa RFB nº 2.071, de 16 de março de 2022.)

DÉBITOS EXIGÍVEIS

<input checked="" type="checkbox"/> SIM	Solicita o parcelamento da totalidade dos débitos passíveis de inclusão no presente parcelamento , inclusive os de suas autarquias e fundações, conforme previsto nos arts. 116 e 117 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.
<input type="checkbox"/> NÃO	

Caso seja assinalada a opção “**NÃO**” acima, indicar pormenorizadamente os débitos a serem incluídos no parcelamento de que tratam os arts. 116 e 117 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias:

A) **Débitos controlados em processos** (um processo agrupa a dívida de vários tributos e período de apuração/competência).

* É possível verificar a lista de processos que podem ser parcelados no Relatório Fiscal.

Relacionar abaixo nº Processo ou DEBCAD (ex: 12345.400123/2021-00; 12345.400124/2021-99; 15.123.456-7; 17.345.678-9):

[illegible]

(Fl. 3 do Anexo II da Instrução Normativa RFB nº 2.071, de 16 de março de 2022.)

B) **Débitos NÃO controlados em processos** (a dívida ainda está individualizada por tributo e período de apuração/competência).

[illegible]

* Caso necessite de mais linhas, utilizar mais cópias desse demonstrativo.

(Fl. 4 do Anexo II da Instrução Normativa RFB nº 2.071, de 16 de março de 2022.)

DÉBITOS EM DISCUSSÃO ADMINISTRATIVA

<input checked="" type="checkbox"/> NÃO	NÃO solicita inclusão dos processos/débitos objeto de discussão administrativa.
<input type="checkbox"/> SIM	Solicita a DESISTÊNCIA dos processos/débitos objeto de impugnação ou recurso administrativo abaixo identificados, RENUNCIANDO a quaisquer alegações de direito sobre as quais se fundamenta a referida impugnação ou recurso, e a INCLUSÃO destes no presente parcelamento.

Caso seja assinalada a opção “SIM” acima, **indicar pormenorizadamente quais processos solicita inclusão no parcelamento** de que tratam os arts. 116 e 117 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias:

DÉBITOS EM DISCUSSÃO JUDICIAL

<input checked="" type="checkbox"/> NÃO	NÃO solicita inclusão dos processos/débitos objeto de discussão judicial.
<input type="checkbox"/> SIM	Solicita a inclusão dos processos/débitos objeto de discussão judicial, abaixo identificados, no presente parcelamento, assumindo o compromisso de apresentar comprovação de pedido de desistência, total ou parcial, do referido processo judicial.

Caso seja assinalada a opção “SIM” acima, **indicar pormenorizadamente quais processos solicita inclusão no parcelamento** de que tratam os arts. 116 e 117 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e anexar o comprovante de petição judicial:

Nº do processo / Nº do Debcad / Ação Judicial	Renúncia
	<input type="checkbox"/> Total <input type="checkbox"/> Parcial
	<input type="checkbox"/> Total <input type="checkbox"/> Parcial
	<input type="checkbox"/> Total <input type="checkbox"/> Parcial
	<input type="checkbox"/> Total <input type="checkbox"/> Parcial
	<input type="checkbox"/> Total <input type="checkbox"/> Parcial

Local e Data: **ALEGRE/ES, 09 DE JUNHO DE 2022**

Assinatura: **NEMROD EMERICK:270485428**
96

Nome de quem assina: **NEMROD EMERICK**



Diretor FAFIA